



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE ARMAS		
EVENTO: Reunião ordinária	Nº: 0940/06	DATA: 28/6/2006
INÍCIO: 15h02min	TÉRMINO: 16h38min	DURAÇÃO: 01h36min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h02min	PÁGINAS: 28	QUARTOS: 13

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Discussão e votação de requerimentos.
--

OBSERVAÇÕES
A reunião foi suspensa e reaberta. Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Havendo número regimental para dar início à sessão, que se destina a decidir sobre algumas diligências. Nós estamos na 75ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas.

Quero fazer um pequeno relato da diligência que foi feita em Recife. Foi uma diligência em que estiveram presentes o Deputado Colbert Martins, o Deputado Reginaldo Germano e o Deputado Raul Jungmann. Foi uma diligência que chamou muito a atenção da CPI, principalmente por 2 detalhes que marcaram a ida da CPI a Recife. Primeiro, ficou constatado que no sertão pernambucano as técnicas utilizadas são do Comando Vermelho. Inclusive a ligação com os traficantes plantadores de maconha, do sertão pernambucano, são com o Comando Vermelho. E que o PCC estaria comandando o litoral no Nordeste, as grandes cidades, principalmente as Capitais do Nordeste. Esse foi um fato que chamou a atenção.

O fato que mais chamou a atenção, e aí o Deputado Colbert Martins pode talvez depois complementar, mas é o fato de o PCC estar fazendo recrutamento fora das instituições prisionais. O PCC agora está fazendo recrutamento entre jovens, para que entrem na sua organização criminosa. E jovens sem antecedentes criminais. Isso nos chamou muito a atenção. Inclusive, um caso peculiar, justamente de um jovem desses, um jovem que não tinha antecedentes criminais e que passou a fazer parte da facção criminosa, num contato que ele teve com um dos agentes do PCC, num forró, uma coisa assim, onde tem aglomeração de jovens. Lá, ele fez o contato, e lá não só ele quanto toda a turma dele, de 5 ou 6 jovens, começaram a atuar em favor da facção criminosa, como se aquilo fosse uma grande chance para eles.

Então, isso nos chamou bastante a atenção na diligência que fizemos em Recife: primeiro, a implantação do PCC no Nordeste; segundo, a técnica diferenciada, que sai das organizações, porque antes eles trabalhavam só dentro das instituições prisionais, e dali então se exportava. Agora, não, eles estão usando jovens e mulheres para recrutamento de outros jovens nesses bailes e encontros da juventude.

Então, eu não sei se o Deputado Colbert Martins gostaria de fazer alguma complementação nesse sentido.



O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, Deputado Moroni Torgan, demais Deputados e Deputadas, senhores funcionários, a audiência em Recife mostrou, e V.Exa. retrata bem, informações que orientam muito para que o Relator possa, no seu relatório, apresentar dados bem importantes com relação — e acrescento, aduzo ao que V.Exa. acabou de falar — à segurança privada. Vimos ali, em Pernambuco, o descontrole com relação à segurança privada, com relação ao número de projéteis usados, nas escolas de treinamento de segurança privada. Solicitações para treinamento não têm um absoluto controle. Pode estar sendo uma maneira de se gastar em excesso projéteis, e situações como essa que foge ao controle.

E vimos lá que não há um controle efetivo com relação a seguranças privadas. Vimos inclusive que a segurança privada é muito maior do que o número de policiais civis e militares do próprio Estado de Pernambuco.

Vimos também que tem um instrumento chamado segurança eletrônica, que é algo que não tem regulamentação, e tem empresas de segurança eletrônica operando. Algumas delas até com armas também.

Vimos que a segurança, que não é a formal, a “segurança informal”, entre aspas, e vimos lá prisões executadas em bairros onde pessoas dividem, normalmente policiais atrás dessa segurança fantasma, vamos dizer assim, que dividem bairros nos quais quem “toma conta das casas”, entre aspas, são bandidos, e também atrás deles policiais militares e policiais civis.

Vimos e ficamos muito preocupados também com a afirmativa de que quem toma conta de bandido em Pernambuco é bandido também, porque não tem um número de agentes penitenciários suficientes, e, entre aspas, aparecem uns tais “chaveiros”, que são bandidos recrutados nas penitenciárias, que ficam com a chave da cadeia na mão para abrir as cadeias quando o presidente a solicita. Então, esses tais chaveiros são bandidos tomando conta de bandidos.

Tivemos oportunidade de aproveitar a audiência para perceber que, além dessas questões que V.Exa. cita com clareza, assaltos realizados em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, com porte de armas pesadas, com metralhadoras com capacidade para derrubar aviões, com os quais nós não conseguimos avançar, mas com essas apreensões mostra-se uma ação muito forte do PCC nas Capitais.



Tivemos a presença do Delegado Cardoso, que nos deu uma informação muito importante sobre a ação que acontece no interior, que tem características de guerrilhas e outros tipos de treinamento.

Enfim, o que nós vimos é que o Nordeste tem hoje, na Capital e no interior, tanto risco quanto tem outras cidades brasileiras.

Para concluir, quero dizer que dos armamentos utilizados no assalto em Pernambuco, as metralhadoras vieram de pessoas da Bahia. Bandidos que saíram da Bahia levaram a parte mais pesada do armamento para um assalto a banco em Pernambuco. Então, existe uma interação muito forte entre movimentos com esses bandidos, que saem de Estados, praticam assaltos, retornam.

Enfim, essa é uma parte do relato que faço, Sr. Presidente, dizendo da importância da presença da Comissão em Pernambuco naquela data.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Exatamente. Foi boa a complementação de V.Exa. Realmente, o descontrole é total. Tanto é que a sugestão da Comissão foi designar o Deputado Raul Jungmann para que fizesse uma reunião com o Presidente do Tribunal de Justiça, o responsável pela Justiça Federal, os Ministérios Públicos Estadual e Federal, para que focassem a questão da ação do crime organizado lá.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, desculpe-me, eu acabei esquecendo: outro fato importante foi aquele de que o juiz determina a operadoras de telefonia para que façam rastreamento telefônico e, às vezes, após ordem judicial, as operadoras demoram até 1 semana para se conseguir começar a fazer um rastreamento de aparelhos celulares ou fixos. V.Exa. foi testemunha dessa discussão, com o Deputado Semeghini, que está em outra atividade neste momento, mas nós sabemos da importância de uma determinação judicial e do descumprimento dela por uma operadora de telefonia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputado.

Eu gostaria de falar que o prazo do Sub-Relator se esgotou. Eu gostaria que a Secretaria falasse com todos os Sub-Relatores que hoje, ou no mais tardar amanhã, inclusive o Deputado Julio Semeghini, que está fazendo um trabalho muito bom nessa questão da comunicação em presídio, entreguem o seu trabalho de imediato ao Relator.



Há uma questão: nós temos um requerimento do Deputado Arnaldo Faria de Sá no sentido de que ouçamos o Delegado e que ele trouxesse... O Deputado pode...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É o Delegado Marco Antônio de Paula Santos, Delegado da Seccional de São Bernardo, que esteve envolvido nesse último confronto com o PCC e que tem escutas telefônicas extremamente interessantes para nossa CPI.

Mas, se não houver prorrogação, Sr. Presidente, nós estaremos prejudicados.

Além do mais, também acho que Nagashi Furukawa, que era convidado e que por ser convidado sentiu-se desobrigado de vir, deveria ser convocado para explicar o que aconteceu, mas nós precisamos eminentemente da prorrogação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - V.Exa. tem razão, e na verdade essa questão da prorrogação nós vamos ter que votar logo em seguida. Eu acho que faltam 2 Deputados só para assinar a presença.

Eu estou pensando, eu gostaria de deixar...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Gostaria de fazer o registro, Sr. Presidente, dessas notícias que estão sendo veiculadas hoje por intermédio do *site* de notícias, que, do meu ponto de vista, têm muito a ver com o trabalho que está sendo desenvolvido por esta CPI e com a discussão que, de certa forma, nós temos provocado na sociedade brasileira. Essas notícias dialogam com várias questões que estarão presentes no nosso relatório, Sr. Presidente.

A primeira delas diz respeito à prisão, ontem, em flagrante, do advogado Nelson Roberto Vinha, no Centro de Detenção Provisória de Mauá, na Grande São Paulo. Com ele, a Polícia apreendeu 6 celulares e 1 carregador, que foram encontrados em sua pasta. A Polícia acredita que os telefones seriam entregues aos presos. O advogado foi revistado pelos agentes porque aparentava bastante nervosismo. E todos os celulares e o carregador estavam dentro da pasta do advogado. O advogado foi autuado em flagrante, está detido, preso, por formação de quadrilha.



Nós recebemos esta semana, Sr. Presidente, o relatório daquela visita que fizemos à OAB, em que a Ordem reitera posicionamento contrário a esse tipo de revista que foi feita nesse advogado. Se não fosse revistado esse advogado, ele teria entrado no presídio com 6 celulares e com 1 carregador. E diante de uma situação específica de dúvida por parte dos agentes, mesmo assim determinaram a revista, e quando foi feita a revista ele estava com 6 celulares que ele estava levando para dentro do presídio.

Hoje, Sr. Presidente, foram presos 3 advogados ligados ao Primeiro Comando da Capital, o PCC, em Presidente Prudente e Presidente Venceslau: Libânia Catarina Fernandes Costa dos Santos foi detida dentro do presídio; Eduardo Diamante e Valéria, quando chegavam aos seus escritórios. Os advogados foram presos e acusados de dar apoio a facção criminosa, repassando informações privilegiadas aos líderes do grupo e levando recados entre detentos e bandidos soltos.

Exatamente a denúncia que nós formulamos, Sr. Presidente, sobre o papel que advogados estavam fazendo, através dos celulares e através da comunicação direta com os líderes da facção, um meio de comunicação adequado para a articulação das ações dessas organizações.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Pombo-correio.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, eu entendo, Sr. Presidente, que são 2 fatos de imensa gravidade, que revelam inclusive uma mudança de conduta por parte das autoridades — benéfica mudança, porque há muito tempo não surgiam notícias dando conta desse tipo de situação. Isso só revela a necessidade de nós aprofundarmos as normativas referentes a essas questões, porque está mais do que evidente que a não-revista da entrada de advogados nos presídios está levando a uma facilitação muito grande no ingresso desses aparelhos para dentro dos presídios, e também o papel de uma minoria da minoria dos advogados — isso é evidente, a grande maioria são profissionais corretos, honrados —, que se utilizam de maneira inadequada de suas prerrogativas para fazerem as vezes, como poderia ser dito, de membros da própria organização, provocando essa situação que nós estamos examinando.



Então, eu acho que isso aqui, Sr. Presidente, vem comprovar que aquilo que nós levamos como preocupação, na reunião do Conselho Federal da OAB, não era uma situação específica, que envolvia a Dra. Maria Cristina e o Dr. Sérgio Wesley, ou uma preocupação despregada de um fundo de realidade. Aqui está: em 2 dias, 4 advogados presos, ligados ao PCC.

Então, do meu ponto de vista isso aqui merece inclusive uma análise mais detalhada por parte desta Comissão, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, apenas adicionando à informação do Deputado Paulo Pimenta, nosso Relator: na semana passada, uma outra advogada, na cidade de Franca, foi presa nessa mesma condição. E a Comissão de Ética da OAB de Ribeirão Preto já suspendeu essa advogada. Aliás, como também fez a Comissão de Ética da OAB de São Paulo, suspendendo por 90 dias Maria Cristina Rachado e Sérgio Weslei de Cunha, que aguardam uma decisão da OAB-DF.

A advogada de Franca, que foi suspensa pela OAB, é a Adriana Teline Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Temos na pauta um requerimento do Deputado Raul Jungmann, que pede a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de vários advogados que teriam visitado muito o PCC.

Acredito que seria meio tênue só o fato de terem visitado. Agora, esses que foram configurados à participação, acho que temos provas suficientes. Estava vendo que aqui temos uma lista de 8 advogados que já respondem inquérito. Há mais 5 e mais 2. No total, seriam 15 advogados que justificariam uma quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, se um requerimento é feito e a quebra do sigilo é feita, e há advogados que não têm nada a ver, apenas cumprem o seu papel como advogados, é até um atestado de idoneidade, de que ele faz apenas o trabalho. Não vejo razão de não se aprovar o requerimento do Deputado Raul Jungmann.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas sempre há possibilidade de estar se fazendo alguma injustiça.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, na verdade, a nossa preocupação tem de ser com a questão temporal. Se não for prorrogada a CPI, não adianta. Se não for prorrogada, segunda-feira é o dia final. Temos de trabalhar na possibilidade da prorrogação, a fim de poder dar continuidade aos trabalhos, até porque esse episódio dos advogados e o episódio de São Paulo são fatos recorrentes. Temos de mostrar ao Presidente da Casa que S.Exa. não é o dono da verdade. Quer dizer, os fatos são avassaladores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - V.Exa. tem razão. Assim que terminar a nossa reunião, temos de ir ao encontro do Presidente da Casa, como CPI, para pedir essa prorrogação.

Eu e o Relator esgotamos nossas possibilidades. Acredito que, indo como CPI, fica mais fácil conseguirmos essa prorrogação, que, lógico, é até o término dos trabalhos do primeiro período desta Sessão Legislativa, que seria 17 de julho.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, poucas vezes discordei do Deputado Luiz Couto, mas essa será uma delas. Acredito, com relação à lista do Deputado Raul, que não está aqui, porque se encontra neste momento na convenção partidária do nosso partido em Recife — até pela sua ausência acredito que não seria o melhor momento de votar o requerimento —, mas dos nomes citados, nenhum deles se incorpora nessa lista citada pelo Deputado Raul.

Dessa forma, acredito que seja mais prudente que as pessoas que estão presas ou que têm uma indicação clara, devemos efetivamente investigar a fundo. Os outros, temos de ir com calma, porque há o benefício da dúvida.

Essa história de querer entender que a pessoa vai-se sentir muito satisfeita com a quebra de sigilo, porque não tem nada, acho que não é a melhor forma de conduta da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Também acho um equívoco. E a maioria dos Deputados também acha.



Vamos colocar em discussão.

Concordo com o Deputado Arnaldo Faria de Sá de que nada disso vai adiantar se não tratarmos primeiro da questão da prorrogação. Se não houver prorrogação, nosso Relator vai ter que entregar o relatório segunda-feira para, se houver algum pedido de vista... Se não houver, vamos colocá-lo em votação na terça-feira, mais tardar quarta-feira. O Deputado Júlio está aqui. Está com o relatório em mão, Deputado Júlio?

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Sr. Presidente, só estou vindo da Consultoria, que está precisando preparar melhor as sugestões de projetos de lei. Toda a parte técnica eles terminam até o final da tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ótimo.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Então, eles poderiam entregar ao Relator ou a quem for... Vou até conversar com o Relator em seguida, acabando aqui, e combinar com o Deputado Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O Relator estava comentando o bom trabalho de V.Exa. e que precisava...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Vou falar isso hoje. A idéia era que tivesse trazido pronto, mas faltou alguma coisa. Mas até o final da tarde estará pronto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está bom.

Em discussão a prorrogação da CPI.

Eu preciso saber a opinião de V.Exas. e a opinião não vai poder ser discrepante. Se tiver um discrepando, a prorrogação fica...

Então, tem a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá, que é o primeiro inscrito.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, está claro pelos fatos últimos a necessidade imperiosa de prorrogação não só por esse pequeno período, mas até por um tempo maior, porque os fatos que nós temos acompanhado, pela oportunidade, acabam demonstrando que nossa CPI está, infelizmente, atual. Portanto, é preciso a prorrogação sem mais delongas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A palavra continua franqueada.



Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, eu acho que nós não podemos nunca deixar que o trabalho que fizemos fique sem ser concluído naquilo que é fundamental, que é a investigação, para que as autoridades depois possam continuar fazendo a tarefa que a cada um compete. Nós tivemos a experiência inclusive na CPI Extermínio no Nordeste, onde tivemos diversas prorrogações *ad referendum*. Então, eu acho que é uma saída para que possamos ter, até a data em que entrarmos em recesso, se formos entrar em recesso... E era naquele momento em que eu já chamava atenção que nós não teríamos tempo para poder aprovar o relatório, uma vez que temos o período de convenções, período em que os Parlamentares deverão buscar a documentação para o registro das suas candidaturas. Então, acho que tem uma justificativa plausível. Acho que nós devemos aprovar e solicitar ao Presidente da Casa que não permita que a CPI do Tráfico de Armas possa ter um destino..., que não teremos informações que são importantes e que o Relator... Serão importantes essas informações para que possamos ter um grande e eficiente relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Relator e, logo em seguida, o Deputado Neucimar Fraga e Deputado Colbert Martins.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, colegas Deputados, na realidade, nós estamos trabalhando para cumprir o prazo estabelecido. No entanto, Sr. Presidente, é absolutamente cristalina a realidade que está posta e que sugere uma prorrogação do prazo de trabalho da CPI. Por que isso, Sr. Presidente? Em primeiro lugar, esta não é uma CPI que está envolvida num debate de natureza político-eleitoral, de disputa, que pudesse de alguma forma justificar o interesse de um ou outro partido no sentido de que ela paralisasse seus trabalhos em função do período eleitoral. Pelo contrário. Eu acho que é uma das poucas Comissões que existem dentro da Casa hoje que está trabalhando. Arrisco-me a dizer que é das poucas Comissões que está trabalhando para produzir alguma coisa de concreto, de objetivo.

É inegável que existe um conjunto de fatos novos que está aí a nos desafiar. O *site*, Sr. Presidente, da Federação Nacional dos Policiais Federais, a FENAPEF, divulga hoje uma matéria que tem como fonte *O Estado de S.Paulo*, que é um



negócio estarrecedor. *“PCC convoca reservas para a guerra”. “O Primeiro Comando da Capital está se preparando para a guerra. Vai aumentar seu caixa, comprar cestas básicas no atacado, distribuir para as famílias dos mortos. Está fazendo um recadastramento entre seus membros.”*

Todos esses dados foram obtidos pela inteligência da Polícia Civil. A convocação foi inteceptada pela polícia às 13 horas e 33, do dia 22 de junho. Nela é feita uma convocação estabelecendo, Sr. Presidente, aumento da contribuição mensal, cadastramento dos membros do PCC que estão soltos, apoio à família dos membros que foram presos e chamando a todos os integrantes da organização e ex-integrantes para uma ação coordenada no próximo período de reação a isso que está acontecendo no País.

O censo, Sr. Presidente, inclui levantamento dos pontos de venda de droga, bem como o conjunto de outras informações para esse... A polícia avalia, Sr. Presidente, que é como se fosse um período de guerra, onde é feita a convocação dos reservistas. Quer dizer, o PCC está convocando reservistas.

Veja, Sr. Presidente, nessa mesma interceptação uma outra informação estarrecedora. *“O PCC já encontrou uma solução para a falta de telefones: contratar mais advogados que servirão para manter a disciplina e a comunicação”*. Pombo-correio, Sr. Presidente. Isso aqui é um escândalo, Sr. Presidente.

Então, realmente, se tem alguma Comissão dentro desta Casa hoje que está trabalhando com o objetivo de tentar, pelo menos, responder a essa realidade que está posta é a nossa. Parar esse trabalho agora realmente seria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E veja que essas notícias vêm corroborar aquilo que a CPI denunciou semanas atrás.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, e as informações que eu tenho de gravação das conversas telefônicas da seccional de polícia de São Bernardo são mais estarrecedoras do que essa que o Paulo Pimenta está falando.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu acho que nós deveríamos ir juntos falar com o Presidente da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixa eu dizer o seguinte. Nós precisamos agora de todos os Deputados.



Antes de eu ir ao Presidente, só gostaria de colocar em discussão uma diligência do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação a diligência ao presídio de Avaré.

Quem está de acordo permaneça como se acha. *(Pausa.)*

Aprovada.

Está aprovada a diligência de V.Exa.

Agora, eu gostaria de fazer o seguinte: suspender os trabalhos da CPI, irmos juntos ao Presidente da Casa para pedirmos a prorrogação. Como eu disse, eu e o Relator esgotamos todos os pedidos. Então, nós precisamos...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, V.Exa. tem de aprovar aqui primeiro. Aprovar aqui primeiro a prorrogação e depois ir lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu vou fazer, só estou explicando...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Presidente, só para que a gente possa ajudá-lo mais lá um pouco. Por que está havendo essa resistência? Porque, de acordo com as palavras do Relator, Deputado Paulo Pimenta, eu não entendo. Não há um problema político-partidário. Por que a resistência de deixar que os trabalhos sejam concluídos numa hora tão crítica?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não sei. Eu acho que num primeiro momento era o receio de que fôssemos ouvir mais presos, mas inclusive não tem esse problema.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É medo do Marcola. Tem medo do Marcola o Aldo.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sr. Presidente, só queria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Espera aí. O Deputado Neucimar queria falar também.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Diante do que foi explanado pelo nosso nobre colega Relator, Deputado Paulo Pimenta, e nós temos conhecimento e informações que ainda precisam chegar à CPI requerimentos que foram feitos. De acordo com essas informações, nós poderíamos ter outras oitivas.



Acredito que esta Comissão, além de ser atual e estar lidando com um tema que é atual e requer uma atenção maior do Estado, principalmente do Parlamento ... Eu queria fazer uma proposta mais ousada, Sr. Presidente, Deputado Paulo Pimenta. Prorrogarmos a CPI além do dia 15 só teria efeito se pedíssemos uma prorrogação de 6 meses, porque nós poderemos trabalhar durante a eleição com uma pauta mais enxuta e, após o período eleitoral, trabalharmos intensamente, porque, prorrogarmos por 30 dias e entrarmos dentro do trabalho do recesso, das eleições, nós vamos acrescentar pouca coisa a esse trabalho. Prorrogar por 15 dias ou por 20 dias.

Para que nós possamos aprofundar, nós teríamos que pedir a prorrogação por mais 6 meses, até dezembro, termos uma pauta de trabalho durante a eleição e avançarmos depois de 30 de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixa eu colocar a idéia do Deputado Neucimar para a gente pensar. Eu acho que 3 de outubro a gente encerra a eleição; 1º de outubro a eleição dos Deputados se encerra. Vai haver ainda segundo turno em alguns Estados ou presidencial deve ir até... que dia? Quinze de novembro. É isso? *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Trinta de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É antes do final de outubro?

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, se ela fosse prorrogada até 15 de novembro, daria para se receber toda essa documentação de quebra de sigilo, daria para um bocado de coisa...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, mas acho que, em razão da posição inflexível do Presidente da Casa, a gente pedia um período menor, depois conseguir aditar alguma coisa assim. Um período maior ele já vai negar de cara e nós vamos ficar vendo navios. Então, vamos saber caminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É isso que nós temos que... Porque eu vejo que é unânime a prorrogação.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Vamos caminhar num período e depois num período suplementar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vamos prorrogar, então, até o dia 20. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Isso. Se o Aldo concordar com mais, será mais. Se não concordar com mais, será menos. É isso que eu quero dizer.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Eu só quero concluir dizendo que prorrogar por mais 15 dias não vai acrescentar nada ao trabalho da CPI. Não vai acrescentar nada.

Semana que vem é semana de registro de candidatura, quarta-feira é o último dia.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você tem que falar isso para o Aldo e não falar isso para nós.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas vamos lá falar com o Aldo que eu queria fazer uma proposta logo ousada para ele e pedir por mais 6 meses.

Nós temos CPI aqui na Casa que funcionou 2 ou 3 anos. E esta CPI é um tema que interessa à sociedade. Nós temos que provar isso para o Presidente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Se fosse o caso, eu poderia apresentar o relatório preliminar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, e assumir o compromisso com ele de não trazer nem o Marcola nem um deles aqui na Casa. Ele sossega.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu tenho condições de apresentar segunda-feira o relatório. Na hipótese dele topar esse tipo de encaminhamento, eu posso apresentar um relatório preliminar. Podemos, inclusive, votar o relatório preliminar, um conjunto de sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque, na verdade, quebras de sigilo quase nenhuma nós vamos apurar se o prazo terminar.

Concluiu, Deputado Neucimar?

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Só, Sr. Presidente, nós temos aqui, por exemplo, uma lista de advogados com vínculo com o PCC e a história de cada um aqui é a história que daria uma oitiva na CPI. Tem um advogado aqui acusado de levar ordem para matar o juiz de Presidente Prudente. Atrás dessa informação,



com quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, nós vamos chegar... avançar muito mais nesta CPI.

Por isso que eu queria sugerir uma prorrogação bem mais ampla.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só um pouquinho. O Deputado Fleury pediu a palavra.

O SR. DEPUTADO FLEURY - Sr. Presidente, só para conciliar todas as idéias. V.Exa. me permite? Eu acho que nós poderíamos aprovar uma prorrogação de, no mínimo, 90 dias. E vamos negociar com o Presidente Aldo, porque, se é no mínimo, a gente pode até jogar os 6 meses. Aí na negociação nós começamos com os 6 meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu acho que 6 meses não precisaria, mas 120 dias seria o tempo necessário.

O SR. DEPUTADO FLEURY - Então, mas nós vamos... Se é no mínimo 90, pode ser 120, pode ser 180.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas, espera aí, vamos decidir então.

Vamos pedir 120 dias e, no mínimo, até o dia 20 de julho. No mínimo, até o dia 20 julho.

O SR. DEPUTADO FLEURY - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, eu faço uma emenda aditiva aqui.

Eu tinha um requerimento de 12 dias para aumentar até o fim desse semestre. Como a decisão é 120 dias, faço uma emenda aditiva.

Em discussão a emenda aditiva.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Em discussão a prorrogação da CPI com a emenda aditiva aprovada.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Uma informação. A CPI, inicialmente, ela tinha um prazo de cento e... Qual era o prazo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sempre é 120 dias com mais 60 dias.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quando foi feita uma proposta de prorrogação, e foi inclusive o Deputado Arnaldo Faria de Sá que levantou a questão, é que a prorrogação tem que ser metade... O máximo é metade daquilo que foi regimentalmente...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Tem razão ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não pode ser mais 90.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sessenta mais sessenta.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sessenta mais sessenta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, vou colocar em discussão uma emenda aditiva por 60 dias.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Tem razão o padre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não havendo quem queira discutir, em votação uma emenda aditiva por 60 dias.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação a redação final da prorrogação com emenda aditiva de 60 dias.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não, Deputado Arnaldo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Queria sugerir a V.Exa. a suspensão dos trabalhos e que a Comissão toda fosse falar com o Presidente Aldo Rebelo para resolver isso agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Essa é a idéia. Mas eu gostaria que todos fossem conosco.

O SR. DEPUTADO FLEURY - Sr. Presidente, talvez nós pudéssemos aprovar os requerimentos. Aí voltaríamos só para a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, existe um requerimento que é mais complicado, que é esse dos advogados.



O SR. DEPUTADO FLEURY - Acho que não vai haver oposição aqui dentro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Nós temos... Mas a pendência é de ser prorrogado, ou não, porque, se não for prorrogado, não vai adiantar.

Então, eu suspendo os trabalhos da CPI e convido todos a irem conosco até o Presidente Aldo.

(É suspensa a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Estou reabrindo a sessão.

Requerimento nº 242/2006, do Deputado Raul Jungmann, que requer a quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico dos advogados do grupo conhecido como Primeiro Comando da Capital — PCC.

O autor tem uma explicação a dar.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente, considerando o número desses advogados relacionados a partir da sua intensa relação com os líderes do PCC e considerando também o tempo que nós temos disponível, apesar da dilação do prazo que temos, então, eu queria propor, *maxima venia*, Sr. Presidente, o seguinte procedimento.

De imediato quebraríamos o sigilo bancário dos nove já indiciados. Em segundo lugar, que esses quatro que hoje foram detidos ou foram presos, não sei muito bem, eles fossem agregados a essa lista. Além desses também, colocar aqueles cujos número, frequência, intensidade, relacionamento com o PCC. — existem casos de cento e tantos, de oitenta, de noventa encontros só no ano de 2006 — fossem também devidamente.... tivessem seu sigilo bancário, fiscal e telefônico quebrados. Isso daria um número, Sr. Presidente, de aproximadamente quinze, que seria praticamente a metade da lista que aqui está.

Isso não significa que não possamos, ulteriormente, quebrar de outros mais. Entretanto, esses são urgentes. Como isso implica todo um trabalho, então, pediria ao Presidente que fizéssemos o seguinte. Desde já, quebrássemos o sigilo de todos esses quinze, que seriam prioritários. Quanto aos demais, faríamos uma triagem e um acompanhamento para, em se evidenciando necessidade, entrar com o pedido da quebra do sigilo de todos eles.



Seria isso, Sr. Presidente, a bem da celeridade, velocidade e eficiência, que, aliás, é o apanágio do Relator Dr. Paulo Pimenta. E aqui aproveitamos para nos referir devidamente às suas qualidades, Sr. Relator Pimenta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Raul Jungmann, a Presidência acolhe a sugestão de V.Exa. e desde já diz que desses nove que têm indícios, são indiciados, e outros têm indícios de pertencerem, já investigados inclusive... Da relação inicial cinco fazem (*inaudível.*) Então, seriam oito mais quatro, seriam doze, os dois que já tiveram pedido a quebra de sigilo.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Que é o caso do Wesley e da Cristina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E V.Exa. ficaria com a designação da Comissão....

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) -...E fazer uma seleção desses 34, daqueles que tiveram mais visitas a membros do PCC.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Então,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - De modo que poderíamos fazer uma coisa bem embasada, bem tranqüila.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Acho que está ótimo.

Então, só recapitulando, Presidente; Relator e Vice-Presidente, teríamos 9 indiciados, 4 que hoje foram também indiciados. Temos os 2: o Wesley e a Cristina Rachado. E nós buscaríamos aqueles os quais tenham mais intensa relação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - ... e o maior número, também, e o contato...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E já na reunião da semana que vem, já pediríamos a quebra desses que V.Exa....

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Eu passarei, incontinenti, ao Sr. Relator e ao Sr. Presidente as nossas sugestões a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, eu vou dar para o Vice-Presidente ler as suspeições que existem sobre os 8 e sobre os outros 4.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Anselmo Neves...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E o nome de cada um.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Anselmo Neves Maia, indiciado no Inquérito 027/2002, na 5ª DP de Roubos a Bancos, inquérito para averiguar a atividade do PCC; Abraão Samuel dos Reis, indiciado no Inquérito 121, de 2002, acusado de pombo-correio; Mário Sérgio Mungiolli, indiciado no Inquérito 127, também acusação de pombo-correio; Adriana Telini Pedro, afastada pelo Tribunal de Ética da OAB, por 90 dias, por suposta ligação com o PCC e tráfico de drogas — prisão preventiva decretada pela Polícia Civil de São Paulo; Suzana Volpine Micheli, indiciada no Inquérito 172 por corrupção ativa — Suzana é esposa do Juiz de Direito Albertino Micheli Matinha —, relacionamento íntimo com o preso Inovaldo — ela é contratada pelo PC para efetuar remoções e cobrava de 7 a 8 mil reais, sendo que a parte era para subornar o Diretor João Batista Pascoal; José Cláudio Bravos, advogado e ex-Presidente da Subseção da OAB em Marília — José Carlos, inclusive, seria candidato do PCC a Deputado Federal nas próximas eleições; Ariano dos Anjos, ligações com o PCC — teria levado a ordem de Marcola para executar o Juiz-Corregedor do Presídio Prudente; Maria Odete de Moraes Haddad, visita de diversos Líderes do PCC, em 2006 — 110 visitas já foram realizadas por essa advogada no ano de 2006, conforme documento encaminhado pela CPI... pela Superintendência de Polícia de São Paulo. A advogada pertence à Subseção de Jabaquara.

Temos, ainda, Sr. Presidente, 3 advogados que foram presos, hoje, no interior de São Paulo: Libânia Catarina Fernandes Costa Santos e o Sr. Eduardo Diamante e Valéria Damus. Temos, também, o advogado Nelson Roberto Vinha, preso em flagrante, ontem à tarde, no Centro de Detenção Provisória de Mauá. Com ele, a Polícia apreendeu 6 celulares e 1 carregador na sua pasta, quando fazia visita aos presos, ali, daquele presídio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, esses são os nomes. Discriminados cada um dos nomes e qual seria a suspeição da CPI para que se realizasse a quebra de sigilo.

Conseqüentemente, eu coloco em discussão a quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico desses 12 nomes. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.



Aqueles que aprovam a lista nominada, agora, pelo Vice-Presidente, a quebra de sigilos fiscal, bancário e telefônico, permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada, por unanimidade, a quebra de sigilos fiscal, bancário e telefônico.

O Deputado Fraga pede a palavra. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Sr. Presidente, na verdade, eu quero externar aqui uma preocupação, e eu gostaria da atenção do Relator e de todos os integrantes desta Comissão. Eu acho que o trabalho da Comissão... É uma Comissão que se tem comportado de maneira suprapartidária e verdadeiramente empenhada em conseguir resolver as questões do tráfico de armas, etc.

Eu só quero pedir uma coisa ao Relator. E aqui os senhores, V.Exas. sabem que eu sou parceiro. Eu quero aqui dizer de público que eu não aceito relatório feito pela ONG Viva Rio. Não aceito qualquer tipo de interferência do Sr. Rangel, nem tampouco do Sr. Pablo Dreyfus. Nós temos que fazer um relatório em cima do trabalho desta CPI, do trabalho que o próprio Raul Jungmann está fazendo nas diligências, do trabalho que o Pimenta está fazendo, o Neucimar Fraga e tantos outros aqui estão fazendo. Eu confesso que fiquei preocupado. Ouvi o comentário... E olha, ouvi o comentário no Rio de Janeiro. Eu confesso que não quero ressuscitar a Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa, mas, coincidentemente, estão o Presidente, o Vice-Presidente e o outro Vice-Presidente, também, e o Relator. Eu quero dizer que nós não podemos confundir as coisas, pelo amor de Deus. Concordei com V.Exas., inclusive no sentido de prorrogar esta CPI, porque eu acredito em resultados. Agora, meu amigo e competente Relator, não aceite interferências.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Antes...

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - ... Vamos fazer o trabalho em cima dos fatos. Eu peço, evidentemente, que o relatório, antes de ser votado, que a gente pelo menos possa dar uma olhada. Nós não temos, agora....

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, V.Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu permito.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Eu só...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deputado Fraga...



O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu conheço V.Exa., sei das suas preocupações. Em primeiro lugar, o relatório está sendo feito, o relatório é de responsabilidade do Relator. Não haverá nenhum relatório feito por nenhuma ONG, por nenhuma organização, por nenhuma instituição. Agora, nós temos tido aqui o cuidado... e temos, sim, ouvido todos os segmentos da sociedade, com as mais diferentes opiniões a respeito de um assunto que diz respeito ao tráfico de armas e munições, com suas opiniões, com suas colaborações, com suas sugestões, independente da posição ideológica a respeito do tema. Agora, em nenhum momento, Deputado Fraga, nós pensamos ou imaginamos a possibilidade que esse relatório não seja o relatório feito pela nossa assessoria técnica da Casa e, evidentemente, sob responsabilidade do Relator e dos Sub-Relatores. Eu vou preparar o relatório — e já tinha, desde o início, falado isso para o Presidente —, e não pretendo trazer à votação nenhum relatório sem que todos os Deputados tenham tempo necessário para examinar esse trabalho, apresentar as suas sugestões. Nós temos conseguido trabalhar aqui de uma forma muito eficiente no sentido de encontrar, inclusive, posições as mais consensuais possíveis a respeito de todos os temas que têm sido tratados. E quero dizer mais, Deputado, pelo que eu conheço das suas posições, eu não creio que haja a necessidade de uma posição, digamos assim, *a priori*, de receio de que possa ter alguma coisa neste relatório que vá criar alguma polêmica que ressuscite o debate no País a respeito do tema do desarmamento. Está longe da intenção deste Relator recuperar essa discussão. Então...

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Perfeito.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu respeito muito a colaboração de todos...

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Eu conheço o trabalho de V.Exa....

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ... inclusive, o do Dr. Rangel. Agora, este relatório é um relatório sob a responsabilidade deste Relator.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Perfeito. Eu não tenho dúvida disso, conheço a sua postura também. Eu só me preocupo... e eu só estou colocando o assunto em discussão, porque eu ouvi alguém comentar. Isso é ruim, porque eu



conheço o seu desprendimento. Eu conheço o seu desprendimento, e eu sei que V.Exa. jamais aceitaria esse tipo de coisa. Eu vi um artigo, esses dias, no *Correio Braziliense*, li o artigo, reli — está lá guardado. Olha, eu acho que o assunto está sepultado. O referendo das armas, a comercialização de armas de fogo no Brasil, isso, o povo já decidiu.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, o relatório não vai tratar desse assunto, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - O povo já decidiu. E o segundo ponto que eu pediria, já que agora nós temos mais 60 dias — e na época, na hora, quando eu fiz o requerimento, todos concordaram —, houve uma entrega de 470 mil armas. Essas armas foram entregues, muitas delas, acompanhadas de munição. O Exército me respondeu, através de documento, que não recebeu um cartucho sequer para destruir. Onde estão essas... onde está essa munição? Eu fiz um requerimento de informações pedindo que o Ministro venha ou que o SINARM compareça para explicar. Isso chama-se transparência. E mostra claramente que eu quero é que se resolvam as coisas. O que nós não podemos é fingir que isso não está acontecendo. Se 470 mil armas foram entregues voluntariamente — e eu me somo aqui que a campanha tem que continuar. Quem não quiser ter uma arma em casa, entregue sua arma. Agora, vou continuar defendendo que o Governo tem que ser mais responsável. Vamos ter que anistiar. Quem quer cadastrar sua arma, não pode ser extorquido com 350 reais. É isso que eu pedi. O meu requerimento foi votado, mas até agora não houve absolutamente nada.

Peço a V.Exa., Presidente Moroni Torgan, e a V.Exa., Relator, Paulo Pimenta. Isso é um assunto que nós devemos uma resposta à sociedade. Temos que discutir. A CPI é própria para discutir essa questão. Por isso, em nenhum momento, duvidei do seu desprendimento e competência. O que me preocupou — e V.Exas. sabem que, mesmo que eu queira, jamais vou perder o rótulo de ser o lobista da indústria bélica... Agora, daqui para a frente, adotei mesmo e vou continuar. Espero que na campanha, agora, eles lembrem de mim bastante, para eu poder declarar lá: está aqui, defendi, eu não tenho esse tipo de preocupação. Agora, eu quero transparência. E eu vi, Deputado Moroni, que aquilo, aquele comentário estava afetando o Relator...



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O Relator não... O relatório não...

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - ... Dizendo que o relatório já estava praticamente pronto.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O Relator não se sente desprestigiado. Nenhum comentário desse tipo.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Era esse o meu comentário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixe-me fazer, em cima desse comentário, 2 coisas: primeiro, nós não temos aqui a frente favorável à venda de arma e a contra a venda de armas. Nós temos a frente contra o tráfico de armas. E essa frente contra o tráfico de armas reúne todo o mundo. E é isso que nós temos visto acontecer aqui. Em segundo lugar, o Relator, hoje, me falou que o relatório dele estaria pronto se fosse possível. Veja, se ele quisesse acrescentar alguma coisa, a melhor coisa para o Relator era apresentar, segunda-feira, um pedido de vistas, e votar quarta-feira o relatório. Não daria tempo para ninguém ver mais nada, não daria tempo para coisa nenhuma. O máximo teria uma discussão aqui e, quarta-feira, teria que votar. Veja que o Relator está totalmente predisposto ao contrário disso, que foi um dos que pediu 60 dias para que possamos investigar as organizações criminosas. Nós não queremos saber do comércio legal. A única coisa que nós queremos saber do mercado legal é do desvio ilegal que é feito no comércio legal. Esse desvio ilegal é problema nosso, e aí nós iremos até o fundo. Mas aí todos nós somos unânimes em descobrir. O comércio legal, já foi feito plebiscito, já foi feito o negócio, ele que continue dentro da legalidade, não é nosso problema. O nosso problema é aquilo que acontece fora da legalidade. Nisso, como estamos reunindo as 2 frentes — e coincidentemente hoje nós temos aqui as 2 frentes —, as 2 frentes unidas... nesta CPI têm sido unidas neste combate, têm sido unidas... Assim como temos o Dr. Rangel que colabora naquilo que pode com relação ao tráfico de armas. E gostamos da colaboração, como teremos a colaboração também de militares, das empresas nesse problema do tráfico de armas. Porque acredito que nem as indústrias querem que o tráfico aconteça, porque é ruim para elas, a opinião pública fica contrária a elas.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Moroni, a minha restrição é com relação às fontes.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, mas isso...

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Essas fontes é que me preocupam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pode ficar tranquilo que...

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Não! Essas fontes... Eu quero em cima de dados estatísticos idôneos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O que o Relator colocou é que o relatório dele vai se basear na prevenção e repressão ao tráfico de armas. Esse é o problema: na prevenção e repressão das organizações criminosas que atuam com tráfico de armas. Esse é o relatório. E toda ajuda que vier de todo o canto é bem-vinda. Só que ninguém vai direcionar relatório dentro da CPI. Quem direciona relatório é o Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E os Sub-Relatores. Como nós temos vários Sub-Relatores — o Deputado Raul Jungmann é um Sub-Relator; o Deputado Neucimar Fraga é um Sub-Relator; o Deputado Julio Semeghini é outro Sub-Relator; a Deputada Laura Carneiro; o Deputado Francisco Appio; a Deputada Perpétua Almeida. Quer dizer, tem vários Sub-Relatores. Ali, o que manda no relatório vai ser esse Sub-Relator e o Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não, Deputado Raul Jungmann.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Eu acho salutar esse debate para que a gente esclareça bem aqui o papel nosso e o papel das fontes de informação. Não que eu queira aqui — nem vejo nenhum motivo, e acho absolutamente desnecessário se retomar a discussão do referendo. Não tem sentido. Isso foi votado, escolhido, decidido. E esta CPI não é sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aliás, tudo o que os bandidos gostariam é que a gente retomasse essa discussão agora. Isso aí é deles.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Eu me recordo que, apoiando ou não, tinha um instituto chamado Viva Brasil. Eu quero convidar o Viva Brasil para ajudar a CPI. Eu não vou desqualificar o Viva Brasil porque ele ficou do outro lado. Eu não desqualifico ninguém. Então, a minha posição não é dizer: fulano não pode



ou beltrano não pode. Se o Viva Brasil tem como colaborar conosco, com o Relator, comigo, com o senhor, com os demais Deputados, que o faça. E no resto, eu acredito na criteriosidade, na veracidade dos membros e meus companheiros da CPI. Eu acredito no Fraga, acredito no Fleury — e muito. Tenho tido muita interação com ele, depois desse processo e antes mesmo troco uma série de idéias —, como acredito em todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Nós recebemos... Só para ter uma idéia, do Viva Rio recebemos colaboração valiosíssima com relação à origem de armas apreendidas.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Vou encaminhar, então, as colaborações do Movimento Viva Brasil.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Tenho prontas e vou encaminhar para o Relator.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Então, o que eu quero dizer é o seguinte: aquilo que possa ajudar, não vamos... vamos acabar com essa divisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É este o espírito.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - A visão é essa: traga para cá, nos ajude, nós precisamos do Viva Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Tenham contribuição, com quem tiver, nos dê contribuição. É apenas isso que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Fleury.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Sr. Presidente, já é outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não. Acho que esse já está superado.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Eu recebi um ofício do Dr. Carlos Roberto Marangoni Talarico, que é Promotor de Justiça do 1º Tribunal do Júri da Capital, em São Paulo. Ele já havia me telefonado solicitando a remessa, de forma sigilosa, de cópia das declarações prestadas pelo Marcola, realizadas na semana,



perante a Comissão Parlamentar de Inquérito. Ele é um dos promotores que oficia exatamente no processo, agora — já que houve oferecimento de denúncia, e foi recebida —, processo que versa sobre os atentados praticados pelo PCC em São Paulo. Ele ressalta que já foi decretado sigilo nos autos daquele processo pelo juiz titular da Vara do 1º Tribunal do Júri. Eu pensei, Sr. Presidente: como é uma providência administrativa, que poderia, de ofício, V.Exa. decidir. E não fiz o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, eu peço...

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Estou encaminhando, por ofício...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu peço a V.Exa. que, através do requerimento verbal, eu gostaria de colocar em discussão a solicitação...

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Então, eu transformo em requerimento verbal, porque o Marcola foi denunciado como autor intelectual daqueles fatos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não. E eu não tenho a menor dúvida de que é.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Eu também não tenho. E me parece que o depoimento que ele prestou foi extremamente rico de informações a respeito do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Já que V.Exa. faz o requerimento verbal, eu o coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu o coloco em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Será remetido com uma modificação apenas. É que foi votado pelo grupo de diligência que todas as expressões ofensivas à Câmara fossem tiradas do requerimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, só com essa modificação. Eu gostaria...



O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Eu agradeço a V.Exa. e peço à Secretaria que me encaminhe a cópia, para que eu possa levar em mãos, para que não haja quebra do sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não. Eu gostaria de dizer que a cópia da Ata nº 71 foi distribuída. Pergunto se há necessidade de leitura.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Peço a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado, Deputado Fleury.

Dispensada a leitura, coloco a ata em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

A ata da 72ª também foi distribuída. Pergunto se há necessidade da leitura.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Peço dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agradeço.

Dispensada a leitura, coloco a ata em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Há o Requerimento nº 244, do Deputado Neucimar... 245. O 244 será o do Deputado Fleury, que foi feito verbalmente. Depois, só corrobore. O 245 é do Deputado Neucimar Fraga, que solicita a oitiva desses 12 Deputados...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Advogados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ... Advogados que foram tiveram quebrados os sigilos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, V.Exa. me permite? Neucimar...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - São 12, mais a Maria Cristina e mais o Sérgio Wesley, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas a Maria Cristina... já foram...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - São 14.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - São 14, é isso?

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E esses 12 são os 4 de hoje e os 8 que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Que já têm algum indício.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Presidente, uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - O sigilo... a quebra do sigilo vai preceder. Eu sugiro, então, que dentre esses 12, com mais esses números, aquele que apresentar alguma anormalidade na sua movimentação, que esses sejam ouvidos...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Ouvidos, primeiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - ... ouvidos, primeiro. Porque botar 12 advogados aqui será cansativo, a história será a mesma. A não ser que tenha fatos específicos. Aí, os Sub-Relatores serão encarregados de fazer essa precedência, essa prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Mas, a princípio, em cima do sigilo bancário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É boa a sugestão de V.Exa. Eu a coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

Eu gostaria de dizer que, se for possível... eu não sei a que tipo de operação foi submetido o Secretário Furukawa, porque parece que foi ao hospital hoje.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Operação de remoção, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - O quê?

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Remoção do cargo.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu gostaria que a Secretaria entrasse em contato, se é possível a vinda do ex-Secretário a semana que vem. E semana que vem teremos também uma diligência à fronteira. Na semana que vem. Foi cancelada essa semana, devido a ter as convenções partidárias, todas terminando entre amanhã e depois.

Então, feito isso, eu convoco reunião desta CPI para quarta-feira que vem, para que estejamos... e se possível ouvindo o Secretário Furukawa, e também que possamos, semana que vem, fazer a diligência à fronteira, que estava marcada para esta semana.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a sessão, antes, porém, agradecendo ao Presidente da Câmara, Aldo Rebelo, pela prorrogação concedida.

Peço à Secretaria que entre imediatamente em contato com o Secretário-Geral da Mesa, Dr. Mozart, para que seja tomada providência, talvez até hoje, ainda, essa votação.

Muito obrigado a todos. Até a semana que vem.